



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO ALVES DA SILVA**

---

**ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO N. 0000091-78.2013.815.0281**

**ORIGEM:** Juízo da Vara Única da Comarca de Pilar

**RELATOR:** Desembargador João Alves da Silva

**APELANTE:** Ana Emília da Silva (Adv. Roseno de Lima Sousa – OAB/PB 5266)

**APELADO:** Município de São José dos Ramos (Adv. Georgiana Waniuska Araújo Lucena 8500)

**RECORRENTE:** Município de São José dos Ramos (Adv. Georgiana Waniuska Araújo Lucena 8500)

**RECORRIDA:** Ana Emília da Silva (Adv. Roseno de Lima Sousa – OAB/PB 5266)

**APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR JULGAMENTO EXTRA PETITA. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA N.º 85, STJ. REJEIÇÃO. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS. RETENÇÃO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. VÍNCULO DE NATUREZA ESTATUTÁRIA. INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL. DESCABIMENTO. VERBA DE CARÁTER NÃO PESSOAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. REQUISITO TEMPORAL PARA CONCESSÃO DO DIREITO. PREENCHIMENTO. IMPLANTAÇÃO E PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. SALÁRIO-FAMÍLIA. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA POR LEI MUNICIPAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DA PROMOVENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO ADESIVO.**

**- As dívidas existentes contra a União, os Estados e os Municípios, bem como todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, prescrevem em 05 (cinco) anos, consoante dispõe o art. 1º, do Decreto nº 20.910/32.**

- Considera-se extra petita a sentença que aborda questão estranha ao pedido formulado pela autora na exordial, constituindo error in procedendo, conjuntura, porém, não vislumbrada.

Sendo o vínculo jurídico entre a servidora e a Administração de natureza estatutária, submetida a regime próprio do ente municipal para o qual labora, de modo que a jurisprudência pátria é uníssona ao afirmar que as normas, de índole celetista, não são aplicáveis aos funcionários sob a égide estatutária, bem como as regulamentações editadas por outros entes federados, não podem usurpar a competência do ente municipal.

- O adicional por tempo de serviço é uma vantagem pecuniária concedida pela administração aos servidores, em razão do tempo de serviço, destinando-se a recompensar os que mantiveram por longo tempo no exercício do cargo e, havendo previsão legal, não há como não reconhecer devido o pagamento desse benefício.

- Em se tratando de salário-família, é certo que tal benefício deve ser requerido na esfera administrativa, com a demonstração do nascimento do filho do servidor, o que não ocorreu na presente espécie.

- O pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico-administrativo depende de lei regulamentadora do ente ao qual pertencer, consoante a Súmula nº 42, deste Tribunal de Justiça.

- A gratificação natalina é direito, constitucionalmente, assegurado aos servidores públicos, nos termos do art. 7º, VIII, e art. 39, §3º, da Constituição Federal.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as acima nominadas.

ACORDA a 4ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar e a prejudicial e, no mérito, dar provimento parcial à apelação e negar provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto do relator, integrando a decisão a súmula de julgamento de fl. 189.

## RELATÓRIO

Ana Emília da Silva ajuizou a presente ação de cobrança em face do Município de São José dos Ramos, aduzindo ter sido admitida pela

Edilidade em março de 1996, para exercer o cargo de agente comunitário de saúde, na condição de contratada, todavia, inobstante laborar regularmente durante todo esse período, alega ter deixado de usufruir dos seguintes direitos: piso salarial do agente comunitário de saúde, quinquênios, salário-família, adicional de insalubridade a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da remuneração, 13º salário referente ao período de 2008/2010 e 1/3 de férias dos anos 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Às fls. 109/115, o Juiz de Direito *a quo* julgou parcialmente procedente a pretensão exordial, consignando os seguintes termos: ISTO POSTO, rechaço as preliminares de inépcia de petição inicial e de prescrição e, no mérito, julgo procedente, em parte, a presente ação para condenar o Município de São José dos Ramos-PB, ao pagamento de 13º salário referente ao período de 2008/2010 e 1/3 de férias, referente aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, julgando improcedente os demais pedidos, para, por conseguinte, extinguir o presente processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC.

Inconformada, a autora interpôs apelação, aduzindo, em breve síntese, serem devidas, além da condenação, as seguintes verbas: piso salarial do agente comunitário de saúde, quinquênios, salário-família e adicional de insalubridade a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da remuneração. Para tanto, pediu a reforma da decisão atacada.

Contrarrazões pelo Município de São José dos Ramos, pugnando pela manutenção da decisão atacada, que irressignado manejou apelação adesiva, suscitando a preliminar de nulidade da sentença por julgamento *extra petita* e a prescrição quinquenal, como prejudicial. No mérito, pede a exclusão da condenação do 13º salário referente ao período de 2008/2010 e 1/3 de férias de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso adesivo.

Diante da desnecessidade de intervenção do Ministério Público, os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 169, § 1º, do RITJPB c/c o art. 178, do CPC.

**É o relatório.**

**VOTO**

De início, compulsando-se os autos e analisando-se a casuística em disceptação, cumpre adiantar que o recurso apelatório merece ser provido e o recurso adesivo desprovimento, para o fim de, adequando o provimento jurisdicional

ao ordenamento jurídico pátrio e, sobretudo, a mais abalizada Jurisprudência acerca da matéria.

De início, analiso a preliminar de nulidade da sentença por julgamento *extra petita*.

No caso em tela, não vejo como prosperar tal prefacial, porquanto o pedido inaugural se deu nos seguintes termos: c) Pagamento de 2(dois) quinquênio mensal sobre seus vencimentos – 12/12 + 13º salário a partir do mês de maio de 2008, a ser apurado em liquidação de sentença. Ora, uma vez requerido “13º salário a partir do mês de maio de 2008”, é certo que o pedido englobava aquele ano de 2008 e os que se seguiram até o ajuizamento da ação, em 2012. Tanto é assim, que a autora pede “a ser apurado em liquidação de sentença”.

Dessa forma, é certo que o julgamento se deu dentro dos limites da lide, não havendo o que se modificar neste ponto, razão pela qual rejeito a preliminar.

No que tange à prejudicial de prescrição arguida nas razões recursais da Edilidade, sabe-se que as dívidas existentes contra a União, os Estados e os Municípios, bem como todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, prescrevem em 05 (cinco) anos, consoante dispõe o art. 1º, do Decreto nº 20.910/32, senão vejamos:

**“Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.”**

Nessa senda, agiu com acerto o Juiz *a quo* ao declarar a prescrição quinquenal apenas das verbas remuneratórias anteriores aos últimos 05 (cinco) anos que antecedem ao ajuizamento da ação. Assim, rejeito a prejudicial.

Quanto ao mérito da demanda, do acervo probatório encartado aos autos, vislumbro que o vínculo jurídico entre a servidora e a Administração é de natureza estatutária, porquanto a autora está submetida a regime próprio do ente municipal, para o qual labora, e a jurisprudência pátria é uníssona ao afirmar que as normas, de índole celetista, não são aplicáveis aos servidores sob a égide estatutária, bem como as regulamentações editadas por outros entes federados, não podem usurpar a competência do ente municipal.

Nesse sentido, colaciono escólio do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E FÉRIAS. **ARTIGO 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. PRINCÍPIO FEDERATIVO. AUTONOMIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DOS ENTES FEDERADOS. INAPLICABILIDADE DAS LEIS FEDERAIS 1.234/50 E 7.394/85 E DO DECRETO Nº 92.790/86. 1. Os servidores públicos estaduais estão submetidos ao regime jurídico próprio de seus estados, em virtude da repartição de competências constitucionais, que em respeito ao princípio federativo, instituído pelo **artigo 18 da Constituição Federal**, confere autonomia política e administrativa a todos os entes federados, que serão administrados e regidos pela legislação que adotarem, desde que observados os preceitos constitucionais. Diante disso, infere-se que cada ente federado pode organizar seu serviço público, instituindo regime jurídico que irá reger suas relações com seus servidores. 2. As normas insertas nas Leis Federais 1.234/50 e 7.394/85 e no Decreto nº 92.790/86, não se aplicam ao recorrente, pois as matérias referentes às férias e ao adicional de insalubridade encontram-se disciplinadas, no Estado de Goiás, pelas Leis estaduais 10.460/88, 11.783/92 e pelo Decreto nº 4.069/93. 3. Como servidor público estadual, o recorrente está sujeito às normas do estatuto próprio do Estado ao qual pertence, não havendo se falar na prática de qualquer ato ilegal ou abusivo por parte da autoridade apontada como coatora, bem como em direito líquido e certo a ser amparado. 4. Recurso ordinário a que se nega provimento. (STJ; RMS 12.967; Proc. 2001/0031172-5; GO; Sexta Turma; Rel. Des. Conv. Vasco Della Giustina; Julg. 06/09/2011; DJE 26/09/2011) - negritei. Quanto ao adicional de incentivo financeiro, embora a demandante, primeira recorrente, alegue o direito à percepção com base nas portarias do Ministério de Saúde, impende ressaltar a impossibilidade do agente comunitário de saúde receber aludido benefício na forma como foi requerido, isso porque as portarias, em apreço, não objetivam estabelecer piso salarial para a categoria profissional em questão, mas sim consignar verba a ser empregada nas atividades de atenção básica.

Verifico que dois são os incentivos existentes (de custeio e adicional), de sorte que, para o caso em espécie, apenas o incentivo adicional deve ser apreciado.

Da leitura das diversas portarias expedidas pelo Ministério da Saúde não paira dúvida de que em momento algum foi instituída vantagem específica a ser paga diretamente aos agentes comunitários de saúde, mas sim, ao contrário, constitui simplesmente verba determinada a ser repassada aos entes da federação com vistas ao custeio das atividades e manutenção de

pessoal dedicado às ações comunitárias de saúde, em especial, o combate às endemias. Não se revelando, pois, como vantagem de caráter pessoal.

Portanto, diante da inexistência de lei específica municipal, não se pode impor ao município em questão a obrigatoriedade de contemplar os agentes comunitários de saúde em mais uma remuneração. Permitir que estes sejam beneficiários a título de incentivo financeiro adicional, da forma como apresentada, é malferir o processo legislativo estabelecido na Carta Magna.

A respeito, segue decisão do Supremo Tribunal Federal:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 7.385/2002 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. [...]. Aumento de remuneração. Projeto de origem parlamentar. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. 1. Lei estadual que trata do regime jurídico, da remuneração e dos critérios de provimento de cargo público componente dos quadros de polícia civil estadual. Inconstitucionalidade formal da norma, tendo em vista a usurpação da competência privativa do chefe do Poder Executivo - consagrada no art. 61, § 1º, inciso I, alíneas a e c, da Constituição Federal – para iniciar processo legislativo que disponha sobre critérios de provimento de cargos, regime jurídico e aumento de remuneração de servidores públicos. Precedentes. 2. Ação julgada procedente. (ADI 2834, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-197 DIVULG 08-10-2014 PUBLIC 09-10-2014).**

Seguindo tal linha de raciocínio, esta Corte de Justiça já decidiu:

**APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA AUTORA. Ação de cobrança c/c obrigação de fazer. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro. Valor fixado por portarias expedidas pelo ministério da saúde. Pleito autoral que requer o repasse direto dos valores. Impossibilidade. Verba destinada às ação de atenção básica em geral. Desprovimento do apelo. (TJPB; APL 0000073-23.2013.815.0551; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho; DJPB 05/03/2015; Pág. 16).**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. INCENTIVO FINANCEIRO. IMPORTÂNCIA FIXADA POR PORTARIAS EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PLEITO AUTURAL QUE REQUER O REPASSE DIRETO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. VERBA DESTINADA ÀS AÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA EM GERAL. DESPROVIMENTO DO APELO. As portarias expedidas pelo ministério da saúde, ao estabelecer o valor de incentivo financeiro à política nacional da**

atenção básica, não objetivaram fixar piso salarial dos agentes comunitários de saúde, mas sim determinar um mínimo a ser utilizado em quaisquer ações da atenção básica, respeitando a oportunidade, conveniência e necessidade de cada administração. Os citados normativos não mencionam a obrigatoriedade de a verba ser repassada diretamente aos servidores, podendo ser utilizada com infraestrutura, alimentação, despesa com deslocamento, desde que vinculada à área da saúde, sendo o item salário apenas um dos componentes do programa. (TJPB; APL 0000092-29.2013.815.0551; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. José Ricardo Porto; DJPB 10/06/2015; Pág. 19) - negritei.

Diante do panorama narrado, entendo que não merece guarida as teses aventadas pela promovente/primeira apelante, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença neste aspecto.

Sobre o adicional por tempo de serviço, a Lei nº 126/2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de São José dos Ramos, estabelece no seu art. 157, expressamente, que a cada ano de efetivo serviço prestado o servidor terá direito à implantação do adicional em referência. Eis o dispositivo legal:

**“Art. 157 – A gratificação prevista no inciso III do artigo 154, será concedida a base de 1% (um por cento) do vencimento por ano do efetivo exercício e será concedido de ofício. Referido art. 154, determina que “conceder-se-á gratificações: III – por anuênio de efetivo exercício”.”**

Na hipótese infere-se que a parte autora comprovou a existência de vínculo com a Administração Pública Municipal desde 14 de março de 1996, ano em que foi nomeada para ocupar o cargo efetivo de agente comunitário de saúde.

O ente municipal, por sua vez, ao contestar a ação, não acostou provas capazes de impedir, modificar ou extinguir a pretensão deferida em primeiro grau, conforme exigência do art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil, ou seja, não demonstrou a inexistência do direito ao percebimento do adicional requerido.

Para afastar o direito postulado, caberia ao ente municipal, por dispor de meios para tanto, demonstrar que a parte autora não atendeu ao requisito temporal exigido para implantação do adicional, o que não se verifica nos autos.

Nesse norte, considerando o disposto nos arts. 154 e 157, da Lei nº 126/2002, vê-se que a autora faz jus ao percebimento de 02 (dois)

quinquênios, correspondentes a 10 (dez) anuênios, por 10 (dez) anos de serviços prestados.

Sendo assim, merece reparo parcial a sentença, sendo devida a implantação do adicional por tempo de serviço no importe de 02 (dois) quinquênios até maio de 2008 e a implantação dos anuênios a partir de então.

Já com relação ao pleito de salário-família, é certo que tal benefício deve ser requerido na esfera administrativa, com a demonstração do nascimento do filho do servidor.

Assim, considerando que os autos não dão conta de tal requerimento, é certo que o salário-família não é devido na hipótese.

De outra banda, inobstante haja previsão legal de direito à percepção de adicional de insalubridade, na Constituição Federal, art. 7º, XXIII, referida norma é de eficácia limitada, razão pela qual necessita de regulamentação específica, estabelecendo quais são as atividades insalubres e os percentuais a serem fixados, a fim de garantir a eficácia plena da norma e obedecer ao princípio da legalidade, para que o direito postulado possa ser percebido, pois o Município de São José dos Ramos, como ente federado, possui liberdade e autonomia, no âmbito de sua competência, para estabelecer e regulamentar direitos a seus servidores municipais, diante do princípio federativo, insculpido no art. 18, da Carta Magna.

Cumpre, ainda, mencionar que a previsão legal do adicional de insalubridade no inciso XXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, mesmo que não fosse norma de eficácia limitada, não se estenderia aos servidores públicos estatutários, haja vista não restar compreendida no rol dos direitos sociais previstos no art. 39, §3º, do mesmo comando normativo.

Por oportuno, convém ressaltar fragmento de decisão do Supremo Tribunal Federal tratando da temática abordada:

(...) Ademais, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido que é indispensável a regulamentação da percepção do adicional de insalubridade por parte do ente federativo competente, a fim de que o referido direito social integre o rol dos direitos aplicáveis aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A propósito, confira-se o RE 169.173, Rel. Min. Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 16.5.1997, ementado a seguir: “Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas,



na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido". (ARE 723492/SE SERGIPE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. Relator(a): Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 21/02/2013) – grifei.

Igualmente, esta Corte de Justiça se coaduna com o entendimento acima reportado:

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECURSO OBJETIVANDO O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PISO NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LEI LOCAL REGULAMENTANDO AS REFERIDAS BENESSES PARA A CATEGORIA. VINCULAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. RECURSO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DESTA CORTE. TERÇO VERBA ILEGALMENTE RETIDA. DIREITO ASSEGURADO CONSTITUCIONALMENTE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ADIMPLEMENTO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. ÔNUS QUE LHE INCUMBIA. ART. 333, II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557, CAPUT, DA LEI ADJETIVA CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO REEXAME EX-OFFÍCIO E À SÚPLICA APELATÓRIA. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, segundo o qual o gestor só pode fazer o que a lei autoriza. Desse modo, inexistindo anterior disposição legal municipal acerca da percepção do adicional de insalubridade, não há como se determinar o seu pagamento retroativo. Precedentes do Tribunal de Justiça da Paraíba. - "O adicional de insalubridade, concedido pelo magistrado a quo no percentual de 40% (quarenta por cento), nos termos da Lei nº

7.394/85 merece correção, uma vez que a Emenda Constitucional nº 19/98 condicionou o pagamento de adicional de insalubridade a servidores públicos à existência de legislação local. Assim, não se aplica aos servidores públicos estaduais e municipais retrocitada Lei federal, que regulamenta a atividade de técnico em radiologia tão somente da iniciativa privada. (TJPB, Rec. 0000758-91.2012.815.0251; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho; DJPB 27/02/2014; Pág. 12).

- “Pela interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais relativos aos direitos dos trabalhadores e do Código Civil, bem como tomando por base a jurisprudência dos tribunais de superposição, é de se garantir o direito aos servidores públicos municipais de receber o terço de férias, ainda que não as tenham gozado à época devida. (TJPB - Acórdão do processo nº 05120080007183001 Órgão (3ª Câmara Cível) - Relator DES. MARCIO MURILO DA CUNHA RAMOS – j. Em 27/04/2010). (TJPB, ROAC nº 0000874-57.2012.815.0911, Rel. Des. José Ricardo Porto, J. 02/02/2016).

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. GARI. MUNICÍPIO DE MONTEIRO. NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA, INSTITUÍDA PELO ENTE PÚBLICO AO QUAL PERTENÇA O SERVIDOR, A REGULAMENTAR O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INEXISTÊNCIA DESSA ESPÉCIE DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO PLEITO. MATÉRIA SUMULADA NESTA CORTE. REFORMA DO DECISUM. DAR PROVIMENTO AO RECURSO. Nos termos da Súmula nº 42 do TJPB, “o pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico-administrativo, depende de Lei regulamentadora do ente ao qual pertencer. ” restando incontroversa, no caso concreto, a ausência de Lei local a garantir o pagamento de adicional de insalubridade aos ocupantes do cargo de agente de limpeza (gari) do município/promovido, deve ser reformada a sentença de procedência do referido pleito, sendo inviável a aplicação analógica da norma regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e emprego, por não se tratar Lei editada pelo ente ao qual pertence a servidora. Dar provimento ao apelo. (TJPB; APL 0001903-81.2013.815.0241; Primeira Câmara Especializada Cível; Relª Desª Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti; DJPB 05/07/2016; Pág. 9)**

Por fim, seguindo essa mesma linha de raciocínio, esta Egrégia Corte julgou o Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 2000622-03.213.815.0000, onde restou assim consignado:

**“O pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico-**

**administrativo, depende de lei regulamentadora do ente ao qual pertencer.”**

Logo, diante do panorama narrado e em obediência ao princípio da legalidade, não há como se conceder adicional de insalubridade a servidor estatutário municipal, estando ausente legislação específica do respectivo ente federativo, ou seja, do Município de São José dos Ramos, regulamentando a matéria, porquanto resta incabível, no caso concreto, a aplicação analógica da Constituição Federal e da Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Avançando no exame das demais verbas postuladas, impende consignar que a gratificação natalina é direito, constitucionalmente, assegurados aos servidores públicos, nos termos do art. 7º, VIII, e art. 39, §3º, da Constituição Federal. A propósito:

**“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**  
**(...)**

**VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;**

**Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.**

**(...)**

**§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.**

Com efeito, é de se confirmar a obrigação de pagamento da referida verba na hipótese, haja vista não se identificar, através das fichas financeiras constantes dos autos, ter a Administração procedido ao adimplemento das gratificações natalinas dos anos de 2008/2010, conforme fixado na sentença.

Por outro quadrante, mesmo ante a ausência de requerimento administrativo e da comprovação de efetivo gozo, a promovente também faz jus ao recebimento das férias integrais, acrescidas do respectivo terço, quanto ao período de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, pois a Edilidade não comprovou o efetivo adimplemento ou a ausência de prestação do serviço, ônus que lhe incumbia, nos termos do art. 373, II, do Código de Processo Civil.

Deveria o município, ao diligenciar nos seus arquivos,

encartar prova robusta e cabal, a fim de corroborar o efetivo gozo das férias e a percepção do terço constitucional. E, como se verifica do caderno processual, isso não ocorreu.

Nesse sentido, destaco julgado perfilhado na jurisprudência deste Tribunal de Justiça acerca do tema:

**APELAÇÃO. SERVIDOR. SALÁRIO RETIDO. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA VERBA PLEITEADA. INEXISTÊNCIA. ÔNUS DO MUNICÍPIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 333, II, DO CPC. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Cabe ao município demonstrar que houve o efetivo pagamento de seus funcionários ou, então, fazer prova de que não houve a prestação do serviço, porquanto, tal ônus lhe pertence, não se podendo exigir que o servidor faça prova negativa do pagamento pela municipalidade. (TJPB; AC 032.2010.000801-3/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 12/04/2011; Pág. 6)**

Dessa forma, havendo omissão, por parte da Edilidade, em efetuar o seu pagamento, no momento oportuno, ou seja, após o lapso de doze meses laborados, o adimplemento do referido direito é medida que se impõe, para se evitar o locupletamento indevido da Administração Pública, pois, caso contrário, ocasionaria dupla penalização ao servidor, posto que lhe seria negada a fruição das férias, a fim de preservar sua saúde, bem como o acréscimo financeiro advindo da concessão do aludido benefício.

Desta feita, modifico a sentença apenas para acrescentar à condenação da Edilidade, os quinquênios, e ratifico a decisão primeva em seus demais termos, inclusive quanto aos honorários advocatícios fixados, eis que houve mudança mínima no resultado do julgamento.

Ante o exposto, **rejeito a preliminar e a prejudicial de prescrição e, no mérito, dou provimento parcial à apelação** manejada pela promovente, apenas para considerar devidos 02 (dois) quinquênios até 2008 e a implantação dos anuênios, a partir de então e **nego provimento ao recurso adesivo** interposto pelo município promovido.

**É como voto.**

**DECISÃO**

A Quarta Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba decidiu, por unanimidade, rejeitar a preliminar e a prejudicial e, no mérito, dar provimento parcial à apelação e negar provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto do relator.

Presidiu a Sessão Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. João Alves da Silva (relator), o Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, e o Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira .

Presente ao julgamento a Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 29 de maio de 2018.

João Pessoa, 30 de maio de 2018.

**Desembargador João Alves da Silva**  
**Relator**